

177 – Fatores de Acessibilidade e Segurança Contra Incêndio: o Caso dos Sítios Históricos

ANDRADE, Isabela Fernandes (1) e SOUZA, João Carlos (2)

(1)Arquiteta e Urbanista, Mestranda – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, Caixa postal 476 - Campus Universitário - Trindade - 88040-940 Florianópolis, SC. bebelafa@hotmail.com

(2)Engenheiro Civil e Doutor, Professor – Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, Caixa postal 476 - Campus Universitário - Trindade - 88040-940 Florianópolis, SC. jcsouza@arq.ufsc.br

Resumo

O presente artigo aborda uma análise a respeito da inserção de fatores que proporcionem acessibilidade e segurança em sítios históricos, procurando identificar soluções para que bens históricos, construídos no passado e responsáveis pela memória da sociedade, que devem ser preservados hoje, possam atender com segurança e igualdade a todos os usuários. As pessoas têm limitações de locomoção que dificultam o acesso a todos os ambientes e espaços públicos. É necessário que seja garantido a elas, além do trajeto livre de barreiras, um espaço seguro. Para isso, buscou-se identificar qual seria a melhor forma de se introduzir medidas de segurança e de acessibilidade em edifícios e conjuntos de interesse de preservação.

Palavras-chave: Acessibilidade, Segurança contra Incêndio, Patrimônio Cultural.

Abstract

This paper presents an analysis of factors to be incorporated for the provision of accessibility and safety to historical sites, in order to identify solutions so that the architectural heritage, built in the past and responsible for the memory of society to be currently preserved, may satisfy every user, safely and equally. People have movement limitations that make it difficult for them to access all environments and public spaces. It is necessary that these people should have a guaranteed access, in addition to a barrier-free path, to a safe place. With this objective, an identification has been attempted of the most likely ways to introduce safety and accessibility measures into buildings and areas of historical interest

Keywords: Accessibility, Fire Safety, Cultural Heritage.

1. Introdução

A cidade de Pelotas possui um patrimônio de significativo valor tanto para a região, bem como para o país. Devido a isso, o estudo apresentado abrange o Centro Histórico da cidade, envolvendo o perímetro urbano ao redor da Praça Coronel Pedro Osório. Os edifícios que constituem o Centro Histórico foram construídos nos séculos XVIII e XIX com finalidades diversas. Na época de sua construção não havia preocupações em relação à acessibilidade e a segurança contra incêndios. Porém, por se tratar de um ponto turístico da cidade e que abrange a maioria dos prédios públicos do município, ele deve se adaptar as necessidades atuais.

A preservação do patrimônio no Brasil é uma questão em permanente discussão em se tratando de uma problemática a ser analisada sob os mais variados pontos de vista nos diversos momentos históricos. Por isso no atual contexto não pode ser tratado dissociado de desenvolvimento sustentável. Segundo HARGREAVES E FINK (2007), o desenvolvimento sustentável respeita, protege, preserva e renova tudo que o passado tem de valioso e aprende com ele com o objetivo de construir um futuro melhor. Não é simplesmente reutilizar ou mesmo reciclar o passado. De uma maneira criativa e renovadora, é conseguir combinar e criar algo novo a partir do que já existe e está disponível.

Buscar alternativas para tornar acessível o Centro Histórico de Pelotas melhorando a mobilidade, via social da inclusão para a sustentabilidade, envolve dois aspectos da mobilidade urbana, ou seja, garantir o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida a todos os espaços oportunizando a inclusão dos excluídos e ao mesmo tempo a formação das demais pessoas, os incluídos, através do reconhecimento da capacidade daqueles que até então estavam à margem do processo (OLIVEIRA e FERREIRA, 2007).

Com base nessas premissas, podemos afirmar que falar em acessibilidade não se trata somente das necessidades das pessoas com deficiências, dos idosos e das crianças; falar em acessibilidade é projetar de forma inclusiva pensando em qualidade de vida para toda a diversidade humana.

Em relação à prevenção de incêndios, pode-se afirmar que, quando ocorre um sinistro, bens são danificados, além de muitas vidas que são postas em perigo. A segurança dos ocupantes do edifício é essencial, mas deve-se levar em consideração o valor que um edifício ou sítio histórico tem para a cidade e, até mesmo, para a Humanidade (ONO, 2004). Portanto, a forma com que concebemos os espaços e os objetos deve ser revista para que eles ofereçam maior conforto, segurança e eficácia.

Neste trabalho, será dado enfoque ao estudo de caso do Mercado Público de Pelotas, que já passou por um incêndio de grandes proporções que quase o destruí por completo. As possíveis soluções levantadas no artigo serão apresentadas ao poder público para implementação durante a recuperação de bens preservados.

2. Patrimônio Histórico

O patrimônio cultural brasileiro é composto, do ponto de vista legal, dos bens de natureza material e imaterial, sempre levando em consideração a identidade e a memória de grupos formadores da sociedade em relação a esses bens. A categoria “colecionamento” traduz, de certo modo, o processo de formação do patrimônio. Sabe-se que esses, em seu sentido moderno, podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, apropriados e expostos por determinados grupos sociais. [...] O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio (ABREU e CHAGAS, 2003).

A palavra patrimônio tem origem latina e, entre os antigos romanos, referia-se ao que pertencia ao pai ou pai de família. O patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana (FUNARI e PELEGRINI, 2006). Na Idade Média, com a difusão do cristianismo, o patrimônio adquiriu outro caráter: o religioso.

A partir da revolução francesa, observou-se a modificação do conceito de patrimônio: ao acabar com a monarquia, criou-se o conceito de igualdade entre os homens. O Estado nacional surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território (FUNARI e PELEGRINI, 2006).

O marco importante para a preservação do patrimônio brasileiro foi a disposição que declarou o impedimento à evasão de obras de arte do território nacional e introduziu o conceito de cidades históricas às cidades mineiras, em 1934, sancionada pela Constituição de 1937, que submeteu o instituto da propriedade privada ao interesse coletivo.

No âmbito internacional, cabe lembrar a importância das cartas patrimoniais, como a Carta de Veneza, de maio de 1964, que é um documento internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios.

As ações ligadas ao patrimônio, no entanto, tornam-se realmente efetivas quando acompanhadas de estudos de acessibilidade e segurança contra incêndios.

3. Acessibilidade

A acessibilidade pode ser definida como a condição de acesso e uso de determinado lugar. O Decreto Federal 5296/2004 define acessibilidade como “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”. Para DISCHINGER, BINS ELY e MACHADO (2004), “Acessibilidade significa poder chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis”.

É importante salientar que, para um melhor entendimento do conceito de acessibilidade podemos mencionar as condições de acesso à informação, das possibilidades de deslocamento e de uso das atividades, onde todos os indivíduos possam participar de atividades e assim, exercer seu direito de cidadão, conforme a Constituição Federal. Para que isso ocorra, os espaços precisam estar livres de barreiras, que formam obstáculos aos transeuntes. Barreiras podem ser definidas, conforme DISCHINGER, BINS ELY e MACHADO (2004), como “elementos que impedem ou dificultam o processo de usufruto dos lugares e seus equipamentos por parte dos usuários”. Elas podem ser divididas em três categorias: barreiras sócio-culturais, barreiras físicas e barreiras de informação.

A existência de barreiras atrapalha a mobilidade de todas as pessoas e, com isso, acaba interferindo na autonomia dos indivíduos. SCHLEE e FERREIRA (2007) afirmam que “A remoção de barreiras arquitetônicas é uma preocupação atual e interfere, como se percebe, de maneira clara no campo de atuação de diversos profissionais responsáveis por intervenções urbanas ou em edifícios históricos ou não. São obrigados a observar a legislação vigente, mas, sobretudo devem visar o bem estar social e a autonomia do cidadão”.

4. Segurança Contra Incêndio

As medidas de segurança contra incêndio podem ter caráter preventivo ou de proteção. As medidas de prevenção são aquelas que dizem respeito a prevenir o início de um incêndio. As medidas de proteção contra incêndio são aquelas destinadas a proteger a vida humana e os bens materiais dos efeitos nocivos do incêndio que já se desenvolve no edifício (BERTO, 2001 apud ONO, 2004).

A prevenção aos riscos, observando as condições ambientais, mensurando as tendências, os impactos e os riscos às estruturas físicas dos centros históricos, constitui uma abordagem atual de conservação. As intervenções ou ocorrências imprevistas e naturais, como incêndios e inundações, devem ser relacionadas com os recursos humanos, financeiros e tecnológicos e ações corretivas devem ser propostas (ARAUJO, SOUZA e GOUVEIA, 200-).

5. Centro Histórico de Pelotas

O Centro Histórico de Pelotas é caracterizado por edifícios construídos entre os séculos XVIII e XIX. O município dispõe de importante patrimônio histórico e cultural edificado em diferentes períodos e estilos arquitetônicos. Pelotas possui um grande número de prédios construídos utilizando os mais diferentes códigos estéticos e arquitetônicos, havendo predomínio do ecletismo. Esses prédios foram edificados ao longo dos tempos e forneceram ao contexto urbano uma unidade e harmonia, gerada a partir do respeito entre as diversas arquiteturas do entorno (MOURA e SCHLEE, 2003).



Figura 1: Centro Histórico de Pelotas, identificando seus principais edifícios.

Pelotas era uma cidade que se diferenciava das demais pela cultura europeia de seus moradores, presente nos hábitos cotidianos, na maneira de vestir, de falar e na arquitetura, influenciada por traços do ecletismo europeu da época, transformando as edificações em estilo colonial em um dos mais ricos e importantes conjuntos arquitetônicos do Brasil.

O patrimônio pelotense tem recebido grande investimento por parte do poder público e pela iniciativa privada. Porém, a preservação passou por vários momentos até chegar onde se encontra nos dias atuais. As primeiras ações, assim como em âmbito nacional, contemplavam somente edificações. Posteriormente passou a ser incluído o valor do conjunto arquitetônico.

Uma importante conquista para a cidade foi sua inclusão como uma das 26 cidades que atualmente participam do Programa Monumenta, devido a representatividade histórica e cultural da cidade em nível nacional. Coordenado pelo Ministério da Cultura, o Programa Monumenta é uma iniciativa do governo federal com o objetivo de preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano do país, incluindo espaços públicos e edificações, de forma a garantir sua conservação permanente e a intensificação de seu uso pela população. Podem receber os incentivos vindo do governo entidades privadas e particulares proprietárias de imóveis, desde que estejam dentro da zona de intervenção do programa.

O Programa propõe como fim a ser alcançado que os sítios históricos consigam manter suas características preservadas sem a necessidade de receber novos investimentos públicos para sua conservação e que a população esteja consciente da importância de se preservar o patrimônio existente.

A idéia de trabalhar com a área urbana do Centro Histórico partiu da premissa que, se conseguíssemos tornar acessível e segura uma zona que deve ser preservada, conseguiremos também tornar as novas áreas da cidade, com construções mais recentes.

6. Acessibilidade e Segurança Contra Incêndios em Centros Históricos

Os centros históricos podem ser caracterizados como áreas de grande risco a incêndios. Isso se deve ao fato que o incêndio, por si só, já tem grande poder destrutivo e também pelos centros históricos fazerem parte de um aglomerado de bens de interesse, na maioria das vezes concentrados em locais de difícil acesso. Além disso, muitos prédios que fazem parte dos bens preservados pelo patrimônio não sofrem alterações nem intervenções há muitos anos, apresentando um sistema elétrico que pode estar danificado e apresentar riscos.

Com o intuito de orientar as ações de avaliação e fiscalização dos edifícios públicos, DISCHINGER, BINS ELY e PIARDI (2008) definiram quatro componentes de acessibilidade espacial: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso. Orientação Espacial e Deslocamento se fazem importante neste estudo já que eles são responsáveis por orientar uma rota de fuga, em caso de incêndio.

A *orientação espacial* está ligada à compreensão do espaço, permitindo, assim, que os usuários reconheçam a identidade de funções do espaço e definam suas estratégias de deslocamento e uso. As condições de orientação dependem das configurações arquitetônicas e dos suportes informativos adicionais existentes, bem como das condições do indivíduo de tomar decisões e agir. O *deslocamento* faz referência às condições de movimento ao longo de percursos horizontais e verticais de forma independente, segura e confortável, sem interrupções e livre de barreiras.

A seguir, apresentaremos o caso de um edifício histórico em Pelotas que passou por um incêndio e teve parte de sua edificação reconstruída. Apresentaremos, também, alguns problemas em relação à acessibilidade identificados no prédio e seu entorno.

6.1. O caso do Mercado Público de Pelotas

As obras para a construção do Mercado iniciaram no ano de 1848, seguindo projeto de Rafael Mendes de Carvalho. No ano de 1849 Roberto Offer apresentou um segundo projeto que, apesar de ter recebido modificações por conta de seu alto custo, de acordo com a Câmara de Vereadores, demonstrou ser de grande qualidade. O projeto tratava-se de um edifício quadrado de pátio central com acesso pelas esquinas. A edificação sofreu nova reforma durante o período entre 1911 e 1914, orientada pelo arquiteto Manoel Itaquí. Os acessos principais foram deslocados, o pátio central foi cortado por um sistema de circulação em cruz, as fachadas foram modificadas e a torre do relógio foi substituída por uma nova, em ferro, importada da Alemanha.



Figuras 2 e 3: Mercado Público de Pelotas.

Após um incêndio ocorrido em 1969, o Mercado foi reconstruído com grandes modificações. Conforme MOURA e SCHLEE (2003), “Inúmeros foram os projetos que previram a sua destruição ou sua total descaracterização”. Mesmo assim, seu caráter popular e a sua relação com a cidade não permitiram que ele fosse destruído. O edifício é de propriedade da Prefeitura Municipal de Pelotas e está tombado em nível municipal.

Apresentamos, a seguir, os principais aspectos observados:

- O acesso a esta edificação não conta com semáforos que facilitariam a travessia de pedestres. Porém, esta edificação conta com guias rebaixadas em ambos lados da via onde há faixa de travessia. A edificação está construída em sua totalidade no nível do passeio e seus acessos são facilmente identificados e apresenta sinalização e iluminação de emergência;
- Os passeios do entorno não são livres de obstáculos que impeçam o deslocamento e seu piso não é antiderrapante e regular. Existe uma faixa livre de circulação contínua de 1,20m. Não há suporte informativo tátil no passeio que permita a identificação por pessoas com restrição visual e existem rampas de acesso ao passeio próximo às vagas de estacionamento para deficientes. A vegetação existente nos passeios atrapalha a circulação de pedestres. As soluções seriam colocar sinalização tátil alerta ou piso com textura diferenciada ao redor de postes, placas de sinalização, hidrantes, lixeiras, árvores, bancos, telefones públicos e totem com mapa turístico da cidade segundo a ABNT NBR 9050/2004 (item 5.14, p.30) e manter as árvores que fazem parte do Centro Histórico podadas, com uma altura mínima de 2,10m livre, conforme a ABNT NBR 9050/2004 (item 6.10.5, p.53), para não ocasionar interferências na circulação de pedestres. Além dos fatores relativos à acessibilidade, os obstáculos no passeio atrapalham o escape das pessoas em situações de emergência, relacionado à segurança, e também pode atrapalhar a atuação dos bombeiros, dependendo de sua localização;
- Existem vagas de estacionamento para deficientes próximo ao acesso, com sinalização vertical e sem o símbolo internacional de acessibilidade no piso. As vagas atendem a proporção contida na ABNT NBR 9050/2004 e contam com um espaço adicional de 1,20m para circulação. A única alteração sugerida seria a colocação de sinalização visual no piso das vagas, conforme indicação da ABNT NBR 9050/2004 (item 6.12, p.61);
- O vão da porta é suficiente para a passagem de um cadeira de rodas e para o caso de escape numa emergência.

6.2. Sugestões para tornar os Centros Históricos seguros

Em relação à segurança contra incêndios, pode-se adotar um conjunto de medidas de grande impacto e baixo custo. Seria viável a elaboração de um Plano de Prevenção de Incêndio para cada prédio do Centro Histórico, elaborado por equipe técnica orientada pela Unidade de Brigada de Incêndio da cidade, de modo a preservar suas características históricas, além de atender as seguintes orientações:

- Facilitar o acesso ao edifício, demarcando estacionamento privativo aos bombeiros;

- Instalar hidrantes em número suficiente e que tenham permanente manutenção;
- Inserir alarmes de incêndio que apresente transmissão automática para uma central, acionando a Brigada de Incêndio (Corpo de Bombeiros);
- Colocar extintores de incêndio, distribuídos de acordo com as normas vigentes;
- Revisar, periodicamente, a rede elétrica e de gás, a fim de prevenir os sinistros. O ideal seria fazer novas instalações, externas e coloridas, conforme uma convenção de cores presente no edifício;
- Inserir corrimão nas escadas e rampas que formam a rota de fuga;
- Colocar faixas visuais antiderrapantes na borda dos degraus;
- Sinalizar saídas de emergência, tomando cuidado de mantê-las desobstruídas;
- Treinar usuários fixos (proprietários, funcionários de órgãos públicos, seguranças e donos de lojas) sobre os equipamentos e procedimentos que devem ser tomados em caso de incêndio.

É muito importante que o próprio edifício possua equipamentos que permitam combate imediato ao princípio de incêndio pelos próprios ocupantes da edificação, assim como rotas de fuga, sistemas de orientação e alarme que possibilitem a evacuação das pessoas em tempo hábil, sem pânico ou atropelos que, freqüentemente, causam mais vítimas que o próprio fogo (SOUZA, 1996).

7. Considerações Finais

Considera-se que algumas medidas podem e devem ser tomadas para garantir a acessibilidade e segurança a todas as pessoas que freqüentam o Centro Histórico da cidade de Pelotas.

Em relação à acessibilidade, pode-se destacar que foi possível a identificação das dificuldades de acesso ao Centro Histórico, bem como apontar sugestões de intervenção para eliminar as barreiras do meio urbano, sem obstruir a preservação do patrimônio histórico. O grande impasse observado na pesquisa, sobre promover acessibilidade em centros históricos, está na origem desses projetos, que não eram elaborados para atender pessoas fora do “padrão”.

Atualmente, esses locais construídos no passado, de grande valor histórico e cultural para uma população, são protegidos por leis de preservação, o que acaba não permitindo a aplicação das diretrizes de acessibilidade e as normas de incêndio vigentes. O projeto de prevenção de incêndios de uma edificação deve ser pensado junto ao projeto arquitetônico, pelo mesmo profissional ou equipe técnica. Deve ser planejado desde o começo, a fim de evitar adaptações futuras e problemas na aprovação do projeto depois que a obra já estiver finalizada. No caso dos edifícios históricos, já construídos, a elaboração de um Plano de Prevenção de Incêndio para os edifícios do Centro Histórico seria a melhor forma de preservar o patrimônio, tornando-o seguro para o uso de todas as pessoas.

O principal objetivo da proteção contra incêndio e da aplicação da acessibilidade num processo de reabilitação de edifícios históricos é a obtenção do melhor programa de proteção e de usabilidade por todos os frequentadores, mantendo-se a integridade e o caráter histórico dos edifícios.

Referências Bibliográficas

ABNT NBR 9050. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, ABNT, 2004.

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARAÚJO, Silvia M. S. de, SOUZA, Vicente C. M. de, GOUVEIA, Antônio M. C. de. **Análise de risco de incêndio em cidades históricas brasileiras: a metodologia aplicada à cidade de Ouro Preto**. Rev. Int. de Desastres Naturales, Accidentes e Infraestructura Civil. Vol.5(1) p.55 a 67, 200-.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera H. M; MACHADO, Rosângela. **Desenho Universal nas Escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis**. Florianópolis: PRELO, 2004.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY. Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia. **Promovendo a acessibilidade nos edifícios públicos: Programa de Fiscalização do Ministério Público de Santa Catarina**. Trabalho em andamento. Florianópolis, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GOUVEIA, Antônio M.C. **Análise do risco de incêndio em sítios históricos**. Brasília, DF. IPHAN/ Monumenta, 2006.

HARGREAVES, Andy & FINK, Dean. **Liderança Sustentável: Desenvolvendo Gestores da Aprendizagem**. Tradução Adriano Moraes Migliavacca. Porto Alegre: Artmed. 2007, p. 248.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de; SCHLEE, Andrey Rosenthal. **100 Imagens da Arquitetura Pelotense**. 2ª edição. Pelotas: Pallotti, 2003.

OLIVEIRA, Leonardo Pinto de; FERREIRA, Oscar Luís. **Mobilidade e Acessibilidade: uma Via para a Reabilitação Arquitetônica e Urbanística**. Brasília: 2007. 46p.

ONO, Rosária. **Proteção do patrimônio histórico-cultural contra incêndio em edificações de interesse de preservação**. Palestra apresentada na Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2004.

SCHLEE, Andrey Rosenthal; FERREIRA, Oscar Luís. **Patrimônio Cultural: Segurança e Acessibilidade**. Artigo publicado no PROJETA 2007, 2007.

SOUZA, João Carlos. **A Importância do Projeto Arquitetônico na Prevenção contra Incêndios**. In: NUTAU, 1996, São Paulo, 11p. Artigo técnico.